

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

Recebido em: 1/7/2010

Revisado em: 23/9/2010

Aprovado em: 12/12/2010

A integração energética na América Latina: perspectivas positivas apesar das divergências históricas

ALENCAR, Paulo Roberto da Silva

Resumo: Esse trabalho propõe uma reflexão sobre a integração energética da América Latina, mais especificamente do espaço sul-americano, com o objetivo de apresentar um breve panorama acerca da realidade representada por essa necessidade, a partir de sua projeção política, econômica e social. Por outro lado, o estudo aborda também uma retrospectiva sobre as diversas intervenções integracionistas ocorridas na região e analisa o campo das relações criado no subcontinente a partir da importância atribuída a esse tema. O objetivo maior é o de compreender em que medida as dimensões geopolíticas, econômicas e sociais se articulam para criar uma nova realidade política e institucional, em torno da qual, são geradas disputas, desconfianças, interesses e conflitos.

Palavras - chave: integração regional, integração energética, desenvolvimento, conflitos

Abstract: This work proposes a reflection on the energy integration in Latin America, specifically the South American area, with the aim of presenting a brief overview about the reality represented by this need, from its forecast political, economic and social development. Moreover, the study also includes a retrospective on the various integrationist measures changes in the region and analyzes the field of relations created in the subcontinent from the importance attached to this issue. The ultimate goal is to understand the extent to which geo-political dimensions, economic and social fit together to create a new political and institutional, around which are generated disputes, suspicions, concerns and conflicts.

Key- words: regional integration, energy integration, development, conflicts.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

1. Introdução

Este trabalho refere-se à integração energética na América Latina com ênfase no espaço sul-americano e com o foco nos esforços e nos obstáculos encontrados para consolidar o desenvolvimento na região. É importante mencionar que parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento econômico e social local está relacionado à questão energética.

Nesse sentido, alguns dos principais atores regionais vêm protagonizando desde a segunda metade do século passado, inúmeras tentativas de implementar e consolidar projetos na área da produção e integração energética. Assim, muitas propostas foram apresentadas, porém, nem todas obtiveram êxito. Os entraves políticos motivados por divergências históricas, empáfias e animosidades remanescentes de conflitos não resolvidos no passado, não permitiram que muitos desses projetos lograssem avançar.

O objetivo maior desse estudo é o de compreender os motivos pelos quais os principais projetos apresentados malograram, em que pese a grande dependência energética apresentada por muitas economias locais. É importante considerar ainda o grande potencial energético oferecido pela região, como petróleo e gás, hidroeletricidade e biocombustíveis, e ainda, a crescente demanda por energia gerada pelo razoável crescimento econômico verificado nas últimas duas décadas. Além disso, pretende-se: conhecer melhor as particularidades das propostas apresentadas; analisar os conflitos inerentes a cada um dos projetos; e analisar a participação dos principais atores regionais em cada um desses processos.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

O problema central da análise refere-se à questão da integração energética, como vetor de desenvolvimento econômico e autonomia da região. Daí a pergunta: por que a integração energética é considerada vital para se avançar no processo de desenvolvimento econômico e social?

Na medida em que o estudo propõe uma reflexão acerca da importância da integração energética regional, analisamos o tema à luz das contribuições de Amado Cervo, autor de obras importantes no âmbito das relações internacionais e do problema do desenvolvimento na América Latina. Conta-se ainda com as contribuições de Carlos Federico Dominguez, pesquisador da história das relações internacionais na América Latina, Paul Isbell, cujos estudos tematizam a questão energética no cenário internacional e José Luis Fiori que, dentre outras análises, contribui para o debate sobre a necessidade da criação de um pólo de poder latino-americano.

Com esse trabalho pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do debate sobre a atual realidade da integração energética sul-americana, buscando entender a problematização dos conflitos gerados por essa questão de tão relevante interesse para o subcontinente.

O texto está organizado da seguinte forma. No primeiro tópico discutimos a importância da integração energética num sentido mais amplo. No tópico dois apresentamos uma breve abordagem sobre o Mercosul. O tópico três discorre sobre a importância da integração sul-americana sob a perspectiva de como devemos pensar a integração a partir de vários critérios de análise. Por fim, no tópico quatro, avaliamos algumas propostas apresentadas para a integração energética da América do Sul, relacionadas ao caso em estudo.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

2. Importância da Integração Energética

A integração energética constitui um componente de fundamental importância, senão, o mais importante projeto no processo de integração regional.

Cabe lembrar que os bons índices de desenvolvimento econômico e social estão relacionados à capacidade de obter energia ou gerar auto-suficiência energética. Nessa perspectiva, alguns dos principais atores regionais sul-americanos vêm protagonizando, desde a segunda metade do século passado, inúmeras tentativas de implementar e consolidar projetos na área da produção e integração energética.

Nesse cenário, foram muitas as propostas apresentadas, porém, nem todas foram consolidadas. Os entraves políticos motivados por divergências históricas e animosidades remanescentes de conflitos não resolvidos no passado, não permitiram que muitos desses projetos pudessem avançar.

De acordo com Luis Pinguelli Rosa¹, professor de planejamento energético da coordenação dos programas de pós-graduação de engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe, UFRJ) e presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético – SBPE, o planejamento energético é uma atividade essencial seja qual for a filosofia adotada para o desenvolvimento de um país, e também, no contexto integracionista.

Nesta perspectiva, tal planejamento exige estudos criteriosos para prover e prever as necessidades, com a antecipação indispensável,

1

Informações obtidas na Revista Brasileira de Energia. Vol. 1 Editorial. COPPE/UFRJ, USP, UNICAMP.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

impostas pelo longo prazo das obras desse setor e pelo alto nível dos recursos solicitados. Modernamente esse planejamento abrange as diversas fontes convencionais e alternativas, a conservação de energia, a integração da oferta com a demanda e os impactos sociais e ambientais.

O objetivo de qualquer processo de integração regional é tirar partido das complementaridades existentes entre os parceiros, em benefício de todos ou mesmo de cada um.

Ainda de acordo com Pinguelli Rosa, existe certa complementaridade entre os diferentes países da região. Como exemplo, cita as iniciativas de cooperação energética entre o Brasil e as nações vizinhas. "Importamos o gás da Bolívia e temos o uso da hidroeletricidade de comum acordo com o Paraguai, na fronteira. A Venezuela é um grande exportador de petróleo e o Brasil tem o álcool, que é uma tecnologia desenvolvida no país. Acho que há uma complementaridade²."

A energia tem sido, desde sempre, um fator chave nas estratégias de poder de qualquer nação. Desde as épocas coloniais e pré-coloniais a energia esteve baseada principalmente na força humana. Neste sentido, era a quantidade de escravos que representava o poderio de uma nação ou de um império.

Segundo o *Documento de Estudio N° 3* do Centro Latino Americano de Ecologia Social - CLAES (2008), a partir da revolução industrial e com o desenvolvimento da máquina a vapor, o uso da lenha e posteriormente do carvão, se converteram nas fontes de energia mais utilizadas. O aparecimento do petróleo rapidamente promoveu o avanço

² Citação disponível no texto: Presidentes Sul-Americanos discutem integração energética na Venezuela, em: Agência Brasil (<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/13/materia>). 2007-04-13.0696137109/view.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

de novas tecnologias produtivas, o que o transformou em um combustível muito mais útil e em uma fonte de energia altamente privilegiada.

Desde então, a posse e o controle das reservas petrolíferas constituem-se em uma das chaves da geopolítica internacional. Neste contexto, o petróleo da América Latina, com 8% das reservas provadas em nível mundial, tem sido objeto das estratégias geopolíticas de países de dentro e também de fora da região³. Assim, pode-se vincular a energia com o desenvolvimento integral, independente e soberano dos povos, capaz de promover condições ideais para o avanço do crescimento econômico e social da humanidade.

É importante mencionar que a participação da América Latina, com 8% das reservas de petróleo comprovadas em nível mundial, ainda não levam em consideração as grandes descobertas já confirmadas, nem mesmo o enorme potencial que ainda está por ser confirmado na camada do pré-sal na costa brasileira.

De acordo com Nuti e Vainer (2008), a integração energética, entendida como possibilidade de exportação e importação de energia elétrica entre os vizinhos sul-americanos, começou a ganhar maior espaço na pauta das relações entre os países do subcontinente, a partir dos anos de 1990.

2.1. Retrospectiva sobre projetos exitosos.

Na América Latina, alguns esforços voltados para a integração energética, com o propósito de garantir o desenvolvimento sócio-econômico e a

3

Informações disponíveis em: Documento de Estudio N° 3: Megaproyetos, Geopolítica y Desarrollo Sostenible - Centro Latino Americano de Ecología social (CLAES) Montevideo, Uruguai. 2009.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

independência dos países que dela fazem parte, foram e continuam sendo empreendidos há algumas décadas, porém, nem todos lograram êxito.

Entre os que prosperaram, podemos destacar a produção de hidroeletricidade na fronteira entre Brasil e Paraguai, já mencionada, com a criação da Usina binacional de Itaipu. O mesmo ocorrendo na fronteira da Argentina com o Paraguai, com a usina de Yacyretá no rio Paraná. Por fim, os gasodutos bolivianos para o Brasil e a Argentina, as redes de conexões elétricas que vão do Rio Grande do Sul até o Uruguai, as conexões elétricas entre a Argentina e o Chile, ou ainda, a interconexão elétrica mesoamericana, entre México e América Central, com a possível incorporação da rede colombiana no futuro (Isbell, 2009).

Cabe mencionar que, conforme argumenta Domínguez (2009), a natureza foi muito generosa com os países da América Latina. A região tem o privilégio de contar com a existência de importantes jazidas de hidrocarbonetos (petróleo e gás), alto potencial hidroelétrico, considerável disponibilidade de terras aráveis para a geração de biocombustíveis, assim como significativos recursos humanos e tecnológicos.

Ainda segundo Domínguez (2009), em termos de potencial hidroelétrico, também é importante mencionar as importantes perspectivas presentes e futuras, no que se refere, especialmente, aos grandes rios sul-americanos.

Nesse contexto, merece destacar, segundo Wieggers (1996), a Bacia do Prata, por ser a região de maior intercâmbio comercial e de maior importância econômica e demográfica dos países do MERCOSUL. Além de ser a única bacia compartilhada pelos quatro países do bloco, encontra-se no centro do mercado elétrico regional.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

Segundo Joaquim Francisco de carvalho⁴, outros projetos importantes que se encontram em estudos avançados são os de Corpus, entre a Argentina e o Paraguai, no rio Paraná, e Garabí, entre Brasil e Argentina, no rio Uruguai.

Em estudos de viabilidade há, no rio Uruguai, os empreendimentos de Roncador e San Pedro, ambos em parceria do Brasil com a Argentina, e, em fase de inventário, está o projeto de Itatí-Itacorá, entre Argentina e Paraguai, no rio Paraná.

Sem embargo, a região tem alta disponibilidade para garantir o auto-abastecimento e impulsionar o processo de desenvolvimento econômico e social nas próximas décadas (Sohr, 2006, apud Domínguez, 2009). Nesta perspectiva, os esforços demandarão gigantesca capacidade de coordenação e cooperação entre os governos e a iniciativa privada, no sentido de absorver e administrar os vultosos investimentos que serão necessários para consolidar o processo de integração energética sub-regional.

Estimativas da Agência Internacional de Energia mostram que a América Latina precisará de 1,3 trilhão de dólares em novos investimentos no setor energético, antes de 2030⁵, para superar o aumento da demanda.

É importante mencionar que, em que pese a grande disponibilidade energética da região, a deficiência das políticas públicas implementadas pelos países locais, ou simplesmente a ausência destas, ainda permitem

⁴ Engenheiro, consultor no campo da Energia para a Associação Latino Americana de Integração (ALAI), disponível no texto: Implicações político-econômicas da integração energética. 24/08/2009 <http://alainet.org/active/32588&lang=es>

⁵ Informação disponível no artigo: América do Sul: o difícil caminho da integração energética. <http://www.wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1204&language=portuguese> Publicado em: 26/07/2008.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

que, segundo Isbell (2009), aproximadamente 12% da população latino-americana não tenham acesso à energia elétrica – isto é, energia residencial - principalmente nas áreas rurais e de fronteiras. Além disso, cabe lembrar que qualquer política ou projeto de integração energética no contexto latinoamericano, hoje, tem de levar em consideração as interfaces que se produzem acerca do tema no âmbito de um projeto de integração maior que é o MERCOSUL.

Assim, vale uma breve retrospectiva acerca da constituição desse bloco, no sentido de compreendermos melhor as relações e as nuances entre a integração energética e a integração regional.

3. Breve abordagem sobre o MERCOSUL

No âmbito da integração regional da América Latina, é razoável mencionar, como destaque fundamental, o projeto do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Bloco que reúne Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela como Estados partes – este último, aguardando aprovação apenas do parlamento do Paraguai – além de contar com os seguintes Estados associados: Bolívia, Chile em 1996, o Peru em 2003 e Colômbia e Equador em 2004. Possui ainda, como Estado observador – *status não oficial* - o México.⁶

6

Informações

disponíveis

em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_doSul#Estados_Associados_ao_Mercosul. 15 de Novembro de 2009.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

Criado por meio do Tratado de Assunção de 1991 - assinado em 26 de Março de 1991⁷ - o ambicioso projeto de integração tem como propósito a perspectiva de unificar o subcontinente, não apenas como uma união aduaneira ou uma área de livre comércio – conforme propósito inicial - senão, como um mercado comum, dotado de um sistema de integração horizontal, isto é, que abrange mais de um setor na mesma região ou em áreas diferentes, além da expectativa de contar com instituições supranacionais.

O objetivo de dotar o bloco com instituições de caráter supranacionais pode contribuir para fortalecer e estreitar os laços entre os países membros, além de promover maior dinâmica na perspectiva integracionista. Sem embargo, pode-se considerar também que, instituições supranacionais podem contribuir para multilateralizar temas e decisões importantes, criando assim, certa interdependência entre os parceiros e maior probabilidade para iniciativas de cooperação. Essa perspectiva encontra-se presente e fortemente fundamentada em algumas das principais subcorrentes do paradigma idealista das relações internacionais, como o neoliberalismo institucionalista de Keohane e Nye, que promoveu uma grande onda de debates em torno da importância das Organizações Internacionais, como atores relevantes nas discussões de temas importantes das relações internacionais na década de 70.

Essa expectativa já vem sendo experimentada, há algum tempo, na União Européia, por tratar-se de um bloco que já conta com um processo de unificação mais avançado e amadurecido. Neste sentido, o Mercosul começa a experimentar a experiência do Parlamento do Mercosul

7

Informações disponíveis no site do ministério das Relações Exteriores – Tratado de Assunção.
<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

(PARLASUL). Criado em dezembro de 2006, em sessão realizada em Brasília, presidida pelo senador Sérgio Zambiasi, o Parlamento do Mercosul começou a funcionar, efetivamente, no primeiro semestre de 2007. Nesse período, vem sendo realizado rodízio para o exercício de sua presidência entre os países membros a cada seis meses. Com efeito, muitas decisões políticas ali tomadas, serão submetidas a todos os países membros de forma direta e compulsória, por tratar-se de decisão tomada em caráter supranacional.

Vale lembrar que o Parlamento do Mercosul terá de eleger os seus parlamentares de forma direta, em eleições conjuntas com os países membros e em data a ser definida a partir de 2014. Sua composição deverá obedecer ao critério da proporcionalidade, com um número mínimo de 18 representantes por país, podendo chegar até o máximo de 75, no caso do Brasil.

A agenda das eleições para o Parlamento do Mercosul vem sendo alvo de grande disputa entre os países membros do bloco, em função da idéia de que sejam feitas representações proporcionais de cada país, levando em conta a população de cada um, em vez de representações paritárias. O Brasil vem apresentando a proposta de “proporcionalidade relativa”, já que pelo critério proporcional seria o maior beneficiado. Para a sociedade civil, o caminho mais justo seria manter a paridade, pelo menos enquanto forem tão acentuadas as assimetrias regionais. Cabe lembrar que o Paraguai foi o primeiro a eleger seus 18 representantes nas últimas eleições de 20 de abril de 2008 - que elegeu o presidente Lugo - os quais já tomaram posse em agosto do mesmo ano. Em 2009 foi a vez de Argentina e Uruguai elegerem seus representantes. Em Outubro de 2010, no Brasil, haverá, juntamente com as eleições locais, a escolha pelo

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

voto direto dos representantes brasileiros e com isso, o PARLASUL⁸ atingirá a maioria representativa e irá representar para a sociedade civil uma oportunidade de participação na consolidação de um espaço de articulação e integração regional.

4. Integração sul-americana: como pensar a integração?

É de fundamental importância analisar o processo de integração regional que vem sendo implementado na América do Sul. Destarte, ele precisa ser reavaliado a partir de outros critérios e categorias de análise, sob o risco de ficar restrito a uma mera “integração financeira”.

Essa foi uma advertência reiterada pelos participantes do seminário “Custos da Integração Regional e os Direitos Humanos” que reuniu, em Brasília, representantes das sociedades civis brasileira, uruguaia e colombiana. Esse Seminário foi realizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC - entre os dias 17 e 18 de julho de 2008.

A partir desse momento, iremos analisar os principais temas que foram debatidos durante os dois dias de evento. Cabe mencionar que, durante o evento, foram discutidos aspectos da integração sob o ponto de vista das dimensões financeira, política, socioambiental, cultural e do mundo do trabalho da integração regional. É importante admitir que

⁸ Informações disponíveis no texto: Parlamento do Mercosul: eleição direta e disputa política. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/inesc-noticia/edicao-no-2-junho-2008/parlamento-do-mercosul-eleicao-direta-e-disputa-politica>

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

muitas lacunas foram apontadas, e também, que os participantes concordaram que esse processo ainda precisa levar em conta as perspectivas social e cultural, uma vez que as dimensões econômicas e financeiras continuam sendo privilegiadas.

Assim, foram destacadas as necessidades de se debater conceitos que contam com o envolvimento das populações dos países nos processos de integração para além dos governos, dentre eles, a permanente vigilância social sobre projetos de infra-estrutura que impactam socioambientalmente as populações no subcontinente e a priorização da cidadania como fator de integração. Este é um processo novo para as sociedades da região, assim como ainda é pouco internalizado na maior parte dos países.

Desse modo, iniciaremos a análise pelos temas relacionados à dimensão financeira que, segundo avaliação do professor Carlos Eduardo de Carvalho, *da Universidade Católica de São Paulo*, a primeira indagação que surge neste processo é: “o que queremos integrar”?

Para o docente, o processo de integração almejado pela sociedade civil não se limita à integração das cadeias produtivas dos países da região. “Todos os países padecem de problemas semelhantes, como mercados financeiros pequenos, pouco crédito para a população de baixa renda, instituições fracas e dependência externa muito grande”.

Já para a pesquisadora Margarita Flores, do *Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos – ILSA* - uma organização colombiana, destacou os enormes impactos que as *Iniciativas de Integração das Infra-Estruturas Regionais Sul-Americanas – IIRSA* estão tendo sobre o meio ambiente e os direitos humanos. A pesquisadora destacou que as obras de infra-estrutura, transporte, energia, entre

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

outros setores, não consideraram, em seus planejamentos, os impactos socioambientais que têm e nem foram debatidas formas de minorá-los.

Aqui, é importante observar a visão ambientalista, que será mencionada no tópico seguinte. Com efeito, sempre haverá um embate muito forte entre essas duas correntes. De um lado, os chamados desenvolvimentistas, que vislumbram sempre o crescimento econômico sem dar muita ênfase para as questões socioambientais. Do outro, os ambientalistas, que irão sempre buscar orientar o crescimento econômico na direção do conceito de desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que a questão energética, como vetor de desenvolvimento, tem interface direta com as perspectivas que estão sendo polemizadas tanto pelos desenvolvimentistas como pelos ambientalistas. Dessa maneira, esse debate é importante na medida em que permite expor as interfaces e nuances que existem entre a integração energética e a integração regional.

Na dimensão socioambiental, o professor Eduardo Gudynas, do *Centro Latinoamericano de Ecologia Social – CLAES*, do Uruguai, avalia que o nosso processo regional de integração ainda se limita a integrar os sistemas de infra-estrutura dos países da região. Segundo ele, “precisamos diferenciar integração de interconexão”⁹.

Atualmente, existem nove conflitos ambientais nas fronteiras regionais, entre os quais se destacam as indústrias de papel e celulose entre Argentina e Uruguai, a questão energética entre Brasil e Paraguai, entre outros.

⁹ Todos os comentários e argumentos proferidos pelos professores e pesquisadores C. E. Carvalho, M. Flores e E. Gudynas, foram extraídos do texto: *Integração Regional: o que queremos integrar?* Disponível no site do Instituto Nacional de Estudos Socioeconomicos - INESC. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/integracao-regional-o-que-queremos-integrar/2009>

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

Os dados demonstram que o comércio intra-regional ainda é muito pequeno e vem se reduzindo desde o advento do Mercosul. Em âmbito mundial, a participação do continente é totalmente irrisória e corresponde a 4% das trocas internacionais. A América Latina se especializou em exportar produtos naturais. O impacto do agronegócio, que corresponde ao grosso das exportações regionais, tem forte impacto sobre o meio ambiente e já está comprometendo regiões inteiras no continente¹⁰.

Na dimensão política, de acordo com a professora Graciela Rodrigues, do *Instituto Equit/Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)*, é preciso discutir o conceito de integração. A integração regional, tal como está sendo implementada, se restringe a processos econômicos. Na sua avaliação, o processo de integração regional vai permitir as mudanças políticas na região, como também o ressurgimento da idéia de integração como uma “proposta contra-hegemônica”.

Apesar da ênfase que o governo Lula vem dando ao MERCOSUL, em uma análise dos discursos oficiais realizados nos últimos anos, Cássio França da *Fundação Friedrich Ebert*, disse ser ainda necessária uma longa “jornada de maturação” para que o debate sobre integração regional não se limite às ações de governos¹¹. Daí a importância de se pensar a integração energética como política de Estados, afinadas numa perspectiva mais ampla de integração regional e fortalecimento local.

O pesquisador argumentou ainda existir uma dubiedade da política externa brasileira no que se refere ao MERCOSUL. Afirmou que, apesar do discurso oficial de priorização da região, ainda é baixo o nível de

¹⁰ Informações disponíveis no site do Centro Latino Americano de Ecologia Social. (<http://www.ambiental.net/claes/>). Montevideo, Uruguai. 2008.

¹¹ Todos os comentários e argumentos proferidos pelos professores e pesquisadores G. Rodrigues e C. França, foram extraídos do texto: *Integração Regional: o que queremos integrar?* Disponível no site do Instituto Nacional de Estudos Socioeconomicos - INESC. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/integracao-regional-o-que-queremos-integrar/2009>.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

interdependência de nossas economias. Enquanto no período de 97/98 elas representavam 20% do comércio entre os países, esse nível foi reduzido, em 2005, a 13%.

Desse modo, não se pode responder aos dilemas da integração sem dizer claramente com que políticas se pretendem promover este processo. Assim, espera-se que o Parlamento do Mercosul se revele um instrumento de fundamental importância para a consolidação do processo de integração na região. Sobretudo, por ser uma instituição de caráter pública que irá se empenhar na produção de relatórios, não apenas relacionados às questões econômicas, mas também, em áreas como direitos humanos, meio ambiente, e desenvolvimento, o que novamente incide sobre a questão da integração energética.

Para finalizar esse tópico, resta apenas fazer uma breve análise da área relacionada à dimensão cultural da integração regional. Segundo a professora Marisa Veloso da *Universidade de Brasília*, a cultura não deve ser pensada só para produzir identidades, mas também agenciamentos. Segundo ela, há a necessidade de se associar cultura à política em uma arena emancipatória. Destacou ainda a existência de uma nova cultura política que está promovendo a consolidação da democracia e da cidadania¹².

No contexto dessa nova cultura política, o debate sobre produção e integração energética ganha relevância, na medida em que pressupõe a construção conjunta – ainda que sujeita a conflitos - de uma perspectiva de desenvolvimento afinada com projetos de inclusão sócio-política e

12

Extraído do texto: Integração Regional: o que queremos integrar? Disponível no site do Instituto Nacional de Estudos Socioeconomicos - INESC. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/integracao-regional-o-que-queremos-integrar/2009>.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

econômica, bem como com a democratização desse debate no âmbito dos Estados e parte da sociedade civil.

5. Integração energética na América do Sul: propostas, conflitos e perspectivas

De acordo com Sombra Saraiva (2001), alguns fenômenos animaram as relações internacionais, em meio ao ambiente da Guerra Fria, também na América Latina. O clima de desconfiança que se vislumbrava já um tanto exacerbado na região, ficara ainda mais latente com o advento da disputa hegemônica bipolar.

Nesta expectativa, foram muitas as tentativas de se buscar alternativas de cooperação econômica entre os vizinhos. Principalmente pela via da integração regional, e mais especificamente, da integração energética. É razoável admitir que muitos projetos tiveram sucesso, porém, nem todos lograram avançar.

Conforme argumenta Cervo (2001), dos anos 30 até 1945, a agenda das chancelarias latino-americanas reagia diante da crise do capitalismo e da formação de blocos antagônicos que dividiam o mundo. Contudo, outros assuntos importantes também faziam parte das ocupações diplomáticas dos governos locais. Assim, podemos destacar as questões de fronteira, que por vezes chegaram ao conflito aberto, questões de prestígio político, comércio bilateral, pan-americanismo, entre outros.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

As rivalidades, ciúmes, conflitos isolados, presunções hegemônicas desmensuradas e imagens do outro, propositalmente distorcidas, contribuíram como fatores nocivos para as iniciativas de cooperação e integração regional. (Cervo, 2001).

Nesta linha, iremos analisar algumas propostas, especificamente na América do Sul, bem como as razões pelas quais, foram criadas dificuldades para se avançar na cooperação e no processo de integração entre alguns vizinhos relevantes.

Merece destacar, por exemplo, as relações entre a Bolívia e o Chile, na tentativa de superar algumas divergências para se criar condições favoráveis para o fornecimento do gás boliviano para aquele país. Neste contexto, o ponto chave que dificulta a cooperação entre os dois vizinhos é que La Paz deseja retomar a sua soberania sobre a faixa litorânea, abrindo as portas do país andino para o Oceano Pacífico. Nesse sentido, a Bolívia demonstra hostilidade e busca multilateralizar a questão da faixa litorânea reivindicando a sua abertura para o mar. A região fora anexada ao Chile durante a Guerra do Pacífico, em 1879-1883. (Lima e Coutinho, 2007). Segundo La Paz em uma guerra injusta.

A Bolívia não se conforma apenas em ter o livre comércio de seus produtos no porto chileno de Arica. Assim, La Paz tem como lema “gás por mar”, ou seja, só fornece gás para o Chile em troca da soberania da região reclamada. (Idem, 2007).

Outro tema envolvendo o Chile, desta vez com o Peru, diz respeito à delimitação da fronteira marítima entre os dois países. Ainda de acordo com Lima e Coutinho, esse tema restabeleceu um clima de tensão entre

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

os dois países em 2005– em pleno período de democracia - que por pouco não levou os dois países à guerra.

Num ato unilateral do parlamento peruano – apoiado pelo presidente Toledo - o Peru sinalizou com o não reconhecimento de fronteiras marítimas com o Chile. É importante mencionar que a questão envolvendo os dois vizinhos é tão delicada, que ainda hoje é impossível fazer qualquer previsão a respeito. É lamentável afirmar que esse clima de tensão e desconfiança foi responsável por mais um fracasso no espinhoso caminho da integração regional sul-americana.

A idéia do Anel Energético do Cone Sul, bastante discutida entre os presidentes Nestor Kirchner e Ricardo Lagos, em 1995, não avançou. O projeto previa a unificação da rede de gasodutos já existente e que passaria também por Brasil e Uruguai, mas havia um parceiro chave nessa empreitada, o Peru. O país andino não só seria parceiro no projeto como seria o fornecedor do gás. Alegando falta de investimento e a possível incapacidade da reserva de Camisea, o Peru parece não ter demonstrado boa vontade suficiente para o desenvolvimento do projeto.

O fracasso do Anel Energético do Cone Sul abriu perspectivas para o Gasoduto do Mercosul. Um projeto ainda mais ambicioso que conta com a participação da Venezuela e visa interligar todo o subcontinente desde o norte, atravessando todo o território brasileiro, passando pelo Paraguai, Uruguai, até a Argentina.

Em que pesem as divergências inerentes à aceitação da Venezuela no Mercosul – que finalmente parece caminhar para uma solução, com a aprovação do Parlamento brasileiro – o projeto do Gasoduto do Mercosul,

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

certamente sofrerá com as constantes mudanças de humor que sempre caracterizaram as relações políticas da região.

Para finalizar, cabe lembrar ainda um episódio das relações entre a Argentina e o Chile, que chegou a um grau máximo de tensão na disputa pelo Canal de Beagle, nos anos de 1977 e 1978. Nesta ocasião, o conflito contou com a mediação do Vaticano em meio a muitas negociações diplomáticas, o que culminou na assinatura do Tratado de Paz e Amizade, em 1984, na tentativa de resolver o impasse. (Lima e Coutinho, 2007).

Entre esses, existem vários outros resquícios de rivalidades, conflitos isolados e pendências remanescentes do passado, que ainda não foram superados e que só contribuem para atrasar o processo de integração da região.

Este artigo não tem a finalidade de aprofundar nas particularidades desses conflitos. Porém, é importante mencioná-los, para que se possa fazer uma reflexão acerca da problematização que envolve o processo de integração do espaço sul-americano, particularmente no que diz respeito à questão energética.

Cabe lembrar que, dos principais atores envolvidos no processo de integração regional, alguns buscam multilateralizar os conflitos que na maioria das vezes poderiam ser resolvidos no âmbito das relações bilaterais, enquanto todos sempre estiveram e ainda permanecem sensíveis aos humores característicos da região.

É razoável admitir que uma das estratégias mais ambiciosas e promissoras para gerar interdependência e promover o desenvolvimento econômico e social para a região, sem dúvida, é a integração energética.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

Na opinião de Fiori (2009), o projeto da integração energética da América do Sul é vital para a criação de um pólo de poder na região, a exemplo de outros que já existem no mundo, como a América do Norte, a Europa e a Rússia na Eurásia, entre outros.

O autor avalia que a região vem sendo favorecida pelos novos preços internacionais das commodities, sobretudo em função da rápida expansão econômica da China – principal comprador da região - e que isso está fortalecendo a capacidade fiscal dos Estados sul-americanos, bem como vem financiando as políticas de integração da infra-estrutura energética do sub-continente.

Ainda na opinião de Fiori, a América do Sul é hoje uma região essencial para o funcionamento e a expansão do sistema mundial. Por isso deve sofrer uma pressão cada vez maior, tanto de fora quanto dentro da própria região. Na sua visão geopolítica, a integração econômica da América do Sul não será fácil porque suas economias não são complementares. Além disso, não existe um país que cumpra o papel de 'locomotiva' da região, assim como a América do Sul não tem um inimigo externo comum que justifique uma junção de esforços em prol do desenvolvimento de um projeto de segurança coletiva regional.

De qualquer maneira, a longa 'adolescência assistida' da América do Sul acabou. E o mais provável é que esta mudança provoque, no médio prazo, uma competição cada vez mais intensa entre o Brasil e os Estados Unidos pela supremacia da região. Destarte, esta corrida competitiva deverá despertar nos governos da região, para o bem ou para o mal, a percepção de que há a necessidade de maiores investimentos na área de segurança estratégica – o que já vem ocorrendo. Isso poderá abrir espaço

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

para uma maior projeção da região nos temas relacionados à alta política das relações internacionais, além de elevar o status e ocupar naturalmente maior espaço na balança de poder do sistema internacional.

Para finalizar, é importante fazer uma reflexão sobre as animosidades relutantes e as empáfias que existem entre os vizinhos sul-americanos, que só tem contribuído para dificultar a cooperação e atrasar o processo de integração regional que, cada vez mais, sobretudo após a criação do Mercosul, caminha para um debate também integrado sobre a questão do desenvolvimento, alavancado, dentre outras iniciativas, pelas políticas de integração energética.

6. Considerações finais

Este trabalho propôs uma reflexão sobre a integração energética da América Latina, particularmente no espaço sul-americano, com o objetivo maior de buscar compreender os motivos pelos quais os principais projetos apresentados malograram. Além disso, pretendeu-se conhecer melhor as particularidades de algumas propostas que foram apresentadas. Por fim, buscou-se analisar a participação dos principais atores regionais em cada um dos processos.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

Vimos que a integração energética é um componente de fundamental importância no processo de integração regional e de desenvolvimento. Observamos que os bons índices de desenvolvimento econômico e social de uma população estão relacionados à capacidade de obter energia ou de produzir e alcançar a auto-suficiência energética.

Vimos ainda que, no que se refere à proposta da integração energética como forma de se avançar no processo de desenvolvimento, os caminhos começam a se delinear. Nessa perspectiva, busca-se reavaliar os conceitos de integração a partir de critérios que evitem o risco de a integração ficar restrita a uma mera integração financeira.

Pudemos observar ainda que, em que pesem as divergências históricas, empáfias e presunções hegemônicas desmensuradas, que sempre permearam as relações internacionais da América Latina, alguns passos importantes foram dados e muitos caminhos para a cooperação foram criados, inclusive no que diz respeito à integração energética.

É importante mencionar ainda as promissoras perspectivas no âmbito da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL. Organismo que reúne os 12 países da América do Sul e que pretende unificar as duas organizações de livre comércio sul-americanas - Mercosul e Comunidade Andina de Nações - com o propósito de começar a avançar como a principal zona de livre comércio do subcontinente. A integração completa entre esses dois blocos foi formalizada durante a reunião dos presidentes de países da América do Sul, no dia 23 de Maio de 2008, em Brasília.

Entre os principais objetivos e desafios da nova organização regional, estão a coordenação política, econômica e social da região. Com a UNASUL, espera-se avançar na integração física, energética, de

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

telecomunicações e ainda nas áreas de ciência e de educação, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos.

De acordo com a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - a UNASUL contava com uma população de 360 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto – PIB – de 2,5 trilhões de dólares, em 2006, considerando o método cambial, que converte o valor da moeda local para dólares. É importante mencionar que por trás desses dados se esconde um problema com o qual a UNASUL terá de se debruçar. Trata-se da questão da assimetria do bloco, revelada pela participação de cada país na economia local. Ou seja, do total do PIB da região, mencionado acima, somente o Brasil conta com quase dois terços do total, cerca de 1,585 trilhão de dólares, segundo dados do Bird de 2007¹³. Outro dado que comprova a desigualdade da UNASUL é a população de mais de 180 milhões de habitantes do Brasil ante três milhões do Uruguai.

Cabe lembrar que a União Européia enfrentou problemas semelhantes e encontrou soluções para superá-los. Na reunião de cúpula que deu origem à UNASUL, os líderes sul-americanos anunciaram a intenção de modelar a nova comunidade segundo a União Européia. Dessa forma, eles acreditam que uma união completa, envolvendo uma coordenação e cooperação maior nos segmentos de educação, cultura, infra-estrutura, energia, ciências e finanças, nos mesmos moldes da EU, será possível apenas nos próximos 15 anos.

¹³ Os dados do Bird para o PIB brasileiro de 2007, levam em conta a metodologia da paridade do poder de compra, considerada mais realista, porque revela a capacidade do poder de compra da população com o uso da moeda local.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

É importante analisar como toda essa discussão coloca no centro do debate a questão da integração energética como vetor de desenvolvimento, capaz de promover oportunidades e bem estar para as populações envolvidas.

Dentre outros objetivos desejados pela integração energética está a questão geopolítica, na qual se busca a autonomia da região, bem como o fortalecimento e a consolidação de um pólo de poder regional, que possa fazer frente às pressões externas e ocupar maior espaço na balança de poder global, sobretudo na atual conjuntura da ordem internacional que se orienta cada vez mais em direção à multipolaridade.

É importante ressaltar também a necessidade de se caminhar em direção a um modelo de desenvolvimento não predatório, que se preocupe em construir um espaço democrático de orquestração política e que se leve em conta não só as pretensões políticas e interesses estatais, mas as questões reivindicadas pela sociedade civil, como a inclusão social, a promoção da cidadania e o respeito ao meio ambiente, entre outras.

Dessa forma podemos concluir que a integração energética precisa estar no centro das prioridades da região. E o Brasil tem uma grande responsabilidade nessa questão, já que publicamente, e sabendo da importância de sua projeção política, econômica e social, declarou recentemente, em discurso proferido pelo presidente Lula, que pretende se transformar na maior matriz energética do planeta.

Nesse sentido, o Brasil como principal economia e grande potência energética que se projeta na região, tem o papel natural de liderar, junto aos demais parceiros locais, o processo no sentido de buscar superar os entraves políticos e até mesmo econômicos, para tornar realidade a

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

consolidação de um pólo regional que congregue auto-suficiência,
autonomia e poder, a partir da integração energética.

7. Bibliografia

CERVO, Amado Luis. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

DOMÍNGUEZ, Carlos Federico. *Energia e política intra-regional na América Latina: cooperação e conflito nos primeiros anos do século XXI*. Revista brasileira de Estudos Estratégicos (NEST – UFF), N° 2. Rio de Janeiro: 2009. pp. 4 a 19.

FIORI, José Luís. *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Ed. Record. 2008.

ISBELL, Paul. *Energia para el hemisfério occidental: otra mirada al panorama energético latinoamericano ante la V Cumbre de las Américas*. ARI N° 10/2009, Madri: Real Instituto Elcano, 2009.

LIMA, Maria Regina Soares de. COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. *A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do século XXI*. Observatório Político Sul-Americano, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ROSA, Luís Pinguelli. *Revista Brasileira de Energia*, Vol. 1 Editorial COPPE/UFRJ, USP, UNICAMP, 1989.

_____ *Presidentes sul-americanos discutem integração energética na Venezuela, pesquisado em: Agência Brasil*

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

(<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/13/materia.2007-04-13.0696137109/view>)

SARAIVA, José Flávio Sombra. (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, 2001.

SOHR, Raúl. *Energia y seguridad en Sudamérica: más allá de las materias primas*. Nueva sociedad n° 204, Buenos Aires: 2006.

VAINER, Carlos, NUTI, Mirian. *A Integração Energética Sul-Americana: subsídios para uma agenda socioambiental* - Brasília: INESC, 2008.

WIEGERS, Mario A. *Integración energética em El Cono Sur*. BID – INTAL, DP 511, publ. 001/96, Buenos Aires: 1996. Disponível em: Google livros. <http://books.google.com.br/books?>

ALAI, Agencia Latinoamericana de información. 24-08-2009. Joaquim Francisco de Carvalho. Engenheiro e consultor no campo da Energia. Texto: *Implicações político-econômicas da integração energética*. Visita feita em 23-10-2009. Disponível em: <http://alainet.org/active/32588&lang=es>

CLAES, Centro Latino Americano de Ecologia Social. *Documento de Estudio n° 3*. Disponível em: (<http://www.ambiental.net/claes/>). Montevideo, Uruguai. 2008.

INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos. (<http://www.inesc.org.br/>)

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro
Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 7, 2011, pp. 120-146.

WIKIPEDIA,

http://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_doSul#Estados_Associados_ao_Mercosul. 15 de Novembro de 2009.